

Aprovada na 914ª sessão

ALADI/CR/Ata 909
(Extraordinária)
19 de setembro de 2005
Hora: 10h50m às 12h20m

ATA DA 909ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Diretor do INTAL, senhor Ricardo Carciofo.

Exposição sobre "El IIRSA desde la perspectiva del INTAL".

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Ricardo Hartstein (Argentina), Álvaro Calderón e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), José Amir Da Costa Dornelles (Brasil), Oscar Quina Truffa (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Ecuador), Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Juan Carlos Ramírez Montalbetti (Paraguai), William Belevan Mc Bride e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Miguel Pereira (Uruguai), María Lourdes Urbaneja e Ramón José París García (Venezuela), Luis Augusto Frappola Álvarez (Nicarágua) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretário: Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Abrimos a sessão extraordinária número 909. Hoje, o único ponto do dia é receber o Senhor Ricardo Carciofi, Diretor do INTAL, que nesta ocasião vai nos informar sobre os avanços do programa IIRSA.

O INTAL, como os senhores conhecem, é uma unidade do Departamento de Integração e Programas Regionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com sede na Argentina. Foi criado no ano 65 em convênio com o Governo argentino, para a pesquisa, cooperação técnica e capacitação a Governos e instituições dos âmbitos acadêmicos, empresarial e da sociedade civil, em apoio dos processos de integração e cooperação regionais.

O economista Carciofi que ocupa a Direção do INTAL desde março deste ano fez uma importante carreira dentro do BID e da CEPAL, onde ocupou altas funções, como a de Diretor Executivo da Argentina e Haiti do BID, e como Especialista da CEPAL em políticas públicas entre os anos 91 e 95. Dentro do governo argentino ocupou funções como Subsecretário de Orçamento e Subsecretário de Programação e Investimento Público do Ministério da Fazenda da República Argentina e no âmbito acadêmico tem sido professor de finanças na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires e conferencista e professor de pós-graduação, tanto no ILPES como em FLACSO.

Quero dar as boas-vindas ao Economista Carciofi, que nesta ocasião, como disse, vai informar-nos sobre os avanços do Programa IIRSA.

Com estas palavras, quero ceder o microfone ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito Obrigado, bom dia a todos os Senhores Representantes, ao Senhor Presidente, damos as mais cordiais boas-vindas ao Doutor Ricardo Carciofi, que nos honra com sua presença nesta Casa, vem do INTAL; Instituição com a qual mantemos um vínculo de cooperação permanente.

Sua formação na licenciatura de economia, sua formação na CEPAL, sua atividade atual, indicam-nos como uma das pessoas chamadas a ter uma voz importante nos processos de integração em andamento, portanto, nos beneficiaremos atualmente da sua presença aqui e principalmente da sua informação sobre um projeto de infra-estrutura, que também no âmbito deste Comitê tem sido já mencionado e evocado como um dos aspectos concretos no qual a região está hoje trabalhando que é a IIRSA. Portanto, nos sentimos muito contentes de poder receber este testemunho de primeiro nível, do Doutor Carciofi.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Doutor Carciofi.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Muito Obrigado, Embaixador. Muito Obrigado, doutor Operti.

Sinto-me muito contente por estar nesta Casa, e nesta cidade. A verdade é que nos trouxe aqui um duplo propósito, primeiro compartilhar com os senhores esta reunião e também há alguns minutos acabamos de inaugurar um curso que é uma atividade que realizamos no âmbito do programa de capacitação da OMC, neste caso auspiciado também pela Embaixada Espanhola. Este é um dos motivos da minha visita.

Há poucos dias, programando a atividade junto ao doutor Operti, com o Embaixador Espinosa, sugeriram-me que talvez fosse motivo de interesse para todos nesta Sala dar algumas informações, oferecer um panorama de que é e como trabalhamos dentro da IIRSA. Esse é o propósito da minha apresentação aqui.

Gostaria de anunciar brevemente que hoje vou me referir a essa atividade, a IIRSA, mas que é apenas uma das linhas de trabalho que temos no INTAL, que é hoje uma unidade, como se assinalou aqui do Departamento de Integração e Programas Regionais do BID, e estamos obviamente trabalhando no âmbito da tarefa do Banco em tudo o que é a estratégia de integração regional.

Então desse ângulo o INTAL realiza uma forte atividade em matéria de capacitação, em matéria de apoio à pesquisa e também do ponto de vista da difusão de atividades e publicações de trabalho. Na nossa página web o que é intal.org; toda a informação do caso. Não vou falar dela, vou me dedicar exclusivamente a lhes comentar o que é IIRSA e depois naturalmente ter um intercâmbio e perguntas dos senhores que pode ser o mais interessante.

O primeiro a destacar é que como se assinala, do ponto de vista conceitual, a IIRSA é isso, é estritamente uma iniciativa, é uma decisão de realizar um conjunto de ações que nucleia os doze países da América do Sul, quer dizer que estão Guiana e Suriname, também em uma iniciativa conjunta e que tem seu vértice em aspectos de integração física, nas áreas de transporte, telecomunicações e energia, e com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na região.

Desse conceito, gostaria de destacar três aspectos, o primeiro é -que depois vamos desagregar no que segue- o núcleo do trabalho está ao redor da infra-estrutura em matéria de transporte, telecomunicações e energia e não só com projetos. Depois vou me referir e pontualizar por que não é somente projetos de investimento, e o segundo aspecto que quero assinalar é o da promoção, do desenvolvimento sustentável, com o qual estamos dizendo, não só do ponto de vista do aspecto econômico e social do desenvolvimento, mas também sua qualidade ambiental. E tudo isto enfocado de um ângulo da sustentabilidade.

E um terceiro elemento que aparece implícito, que decorre deste último que acabo de mencionar, é o fato de que embora esteja focalizado e tem seu vértice em infra-estrutura, como dizíamos antes, a IIRSA permite e permite aos países ter, por sua vez, outras linhas de trabalho em apoio do desenvolvimento territorial, que é um instrumento muito poderoso e que dependerá do que façam os países e como possam coordenar ações e instrumentos em torno a esta questão territorial e regional.

Comentando um pouco as origens da IIRSA, tudo isto é informação que os senhores conhecem muito bem. A IIRSA foi criada na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, no segundo semestre do 2000, em Brasília, e depois dessa reunião, realizou-se, em dezembro de 2000 uma reunião de Ministros de Obras Públicas, Energia, Transporte e Comunicações, que aprovaram um plano de ação, abrangendo os primeiros cinco anos e finaliza neste ano, um mandato destinado à instauração e planejamento das primeiras ações.

Desde seu início, três agências multilaterais, o FONPLATA, a Corporação Andina de Fomento e o BID estão trabalhando e apoiando a Iniciativa.

Esse trabalho compreende aspectos técnicos, aspectos vinculados à programação e em alguns casos, também apoio financeiro a projetos acordados entre os países e as instituições.

É útil observar na institucionalidade, em como trabalha a IIRSA, como se organiza a IIRSA. Encabeça a orientação da Iniciativa, o que se denomina o Comitê de Direção Executiva, o CDE, que é a nível ministerial e, em geral, estão representados ali Ministros de

Obras Públicas ou Ministros de Planificação, depende dos países ou Secretários da Presidência ou Secretários de Planejamento, etc, mas é a nível ministerial e esse Comitê Executivo da IIRSA se reúne pelo menos uma vez por ano e em alguns casos, dependendo das agendas, há duas reuniões no ano.

Portanto, é o Comitê máximo, onde se aprovam as linhas de trabalho, e onde se revisa o atuado, é um sistema de presidências rotativas. Neste ano a Presidência Pro Tempore do CDE é exercida pelo Paraguai e no ano próximo será exercida pelo Embaixador do Equador. No ano passado foi exercida pelo Peru.

Dali decorre o órgão de trabalho cotidiano do IIRSA que são as Comissões Nacionais. Cada país designou dentro do Ministério respectivo, um máximo porta-voz e ao mesmo tempo articulador do que é o programa IIRSA em cada país, que são os Coordenadores Nacionais. Esse é o núcleo de doze funcionários que tem a responsabilidade da agenda cotidiana da IIRSA.

Também temos o Comitê de Coordenação Técnica, composto, precisamente, como o indicam os logos, pelas três instituições, que funcionam com uma Secretaria do CCT, do Comitê de Coordenação Técnica, que exercemos nós no INTAL.

Por conseguinte, o CCT é uma instância de trabalho e de coordenação dos três organismos multilaterais e de financiamento e a Secretaria fornece apoio ao CCT e também indiretamente aos Coordenadores Nacionais.

Estes Coordenadores Nacionais trabalham em reuniões plenárias, como esta que observamos aqui, onde se reúnem os países interessados ou, dependendo dos temas, no que se denominam Grupos Técnicos Executivos.

Estes Grupos Técnicos Executivos têm a responsabilidade de resolver, às vezes, problemas de caráter setorial: transporte, energia, comunicações, como dizíamos antes os problemas que fazem mais em detalhe aos denominados eixos de integração, que não é outra expressão que a organização regional da IIRSA nesse campo.

Portanto, a maneira de dividir, digamos, o conjunto de Coordenadores Nacionais, é através destes Grupos Técnicos Executivos, que se reúnem várias vezes durante o ano, dependendo do tipo de temas, e tendo cada Grupo sua própria agenda de trabalho.

Levando em conta o que vimos como institucionalidade geral da IIRSA, gostaria de comentar e detalhar, um pouco mais as características da IIRSA.

Como elemento que estava implícito no conceito geral que tínhamos apresentado, claramente a IIRSA contém uma visão estratégica da integração física da América do Sul, e essa visão estratégica está baseada em dois pilares, por um lado, os princípios e ações são compartilhados pelos doze países. Considero que isto é essencial, porque é o que diferencia uma espécie de justaposição ou acréscimo simples de ações para tratar de dar uma lógica à ação coordenada.

Se perdemos esta qualidade de ação compartilhada, a IIRSA, perde parte do que é seu espírito e sua lógica de ação. Não é uma soma de projetos, o tema central é ver como se concatenam, como se entrelaçam umas ações e alguns projetos com outros.

O segundo atributo que está implícito é que a integração física é um ingrediente, -já tínhamos dito antes- do desenvolvimento sustentável com equidade social. Então, isto

permite não só a integração e a comunicação do território e o que significa isto em termos de potencialidades econômicas, mas também, como dizemos, dar e tomar devida nota, tomar devida conta, em instrumentos, em ações de conceber esse desenvolvimento sustentável, com equidade social, pensando, não só na região, não só na América do Sul, mas o que significa pôr toda uma região dessas características, digamos, melhor integrada, como participante da economia global.

E o último elemento, mas também associado, que o vemos agora neste conceito de visão estratégica, é o da infra-estrutura como bem público regional. Dizia antes que a IIRSA está centrada em infra-estrutura, e depois dizia também e vamos comentá-lo *a posteriori*, a partir desse conceito de infra-estrutura se podem deprender ações adicionais. Mas reparemos neste conceito o que significa a infra-estrutura como um bem público regional? Por que dizemos que é bem público? Pelas definições, pelos atributos próprios de todo bem público, mas alguns matizes peculiares, sobre os quais é conveniente tomar nota. São projetos, são iniciativas que significam uma elevada mobilização de capital. Os países individualmente têm claras dificuldades em mobilizar capital para este tipo de projetos e muito mais o tem o setor privado.

Portanto, temos o caráter público, o qual não significa que essa infra-estrutura seja exclusivamente território público, mas sim deve existir uma liderança pública para a mobilização de capital. São compromissos claramente a longo prazo, estamos falando de projetos de longa maturação e com benefícios de muito longo prazo. São projetos que geram externalidades, ou seja que não é possível, mediante o mecanismo habitual de preços poder financiar o projeto. Há um elemento muito forte de externalidade social, econômica, ambiental, etc, pela qual se requer algum tipo de presença ou engenharia pública para organizar, se corresponder, a participação do setor privado mas não é algo que o investimento privado, *per se*, possa resolver. Sempre existirá um elemento forte de regulação, inclusive de capital público associado a isto, não surgiria de maneira autônoma.

E também isto tem muito a ver com o tema que comentaremos depois de planejamento territorial. A ação em infra-estrutura pressupõe uma seqüência de decisões, ou seja, a infra-estrutura pública chega primeiro para poder criar condições de maneira que depois participe o investimento privado. Sem essa iniciativa, sem esse primeiro passo, do capital em infra-estrutura, presente determinada zona, determinado território, não existe regime econômico, não se tem o valor necessário como para receber investimento privado, portanto, é necessário se antecipar no tempo e ali há um elemento de planejamento. Depois comentarei algo breve sobre isso, mas todos estes quatro elementos estão dentro do conceito geral que menciono ali da infra-estrutura como bem público regional.

A segunda grande característica da IIRSA é, -não vou aprofundar sobre isto, já dissemos- desenvolvimento sustentável e planejamento no território. Ver o território como eixo da ação econômica, diria que é central no trabalho que fazemos sobre os projetos e os eixos de integração, que depois vou assinalar.

Este ponto, o terceiro, o processo multilateral de coordenação de ações, já enfatizei, é fundamental, está na mecânica da IIRSA e considero que no essencial passamos uma primeira etapa fundamental com a seleção da carteira de projetos da IIRSA que depois explicarei em detalhe. E também outro atributo é o que permite ou o que tem e necessita da coordenação e participação público - privada, embora eu tenha dito que o elemento de bem público regional é fundamental. Isto não significa um monopólio absoluto, completo e excludente pelo setor público. O setor público é o que está fornecendo o terreno de jogo, mas a convocação à ação privada é absoluta e crucial.

Do ponto de vista operativo, de como organizamos as tarefas, o trabalho se divide em dois grandes capítulos. O primeiro é o relacionado com os eixos de integração e desenvolvimento. Isto é a expressão dos investimentos e os processos neste campo, por isso falávamos de qualificação territorial e projetos.

O segundo, não menos crucial que o primeiro, é o denominado processos setoriais de integração, que têm a ver com o aperfeiçoamento de âmbitos reguladores ou instituições já existentes em torno aos problemas muito concretos de coordenação em matéria de energia, de telecomunicações, de transporte, em suas diferentes modalidades, etc.

Sem dúvida, um dos setores mais complexos, mais desafiantes, mais necessários, é o relacionado com a energia, em suas diferentes fontes. A harmonização de âmbitos reguladores que existem a nível nacional, mas que às vezes impedem o verdadeiro funcionamento de mercados, neste caso para continuar com o exemplo, energéticos regionais, significa a necessidade de destravar, de melhorar e harmonizar estes âmbitos reguladores.

Em matéria institucional acontece o mesmo, para lembrar uma frase que nos dizia o Secretário Operti na inauguração do curso, há alguns minutos, não vamos recriar ou criar instituições, trata-se de aperfeiçoar e de harmonizar as instituições reguladoras existentes para que verdadeiramente consigamos destravar e potencializar os trabalhos nestes diferentes setores.

Para uma apreciação geral, diria que o trabalho de projetos é desafiador, é complexo, envolve a mobilização de recursos financeiros que nem sempre é fácil, mas no terreno de processos setoriais de integração, é tecnologia *soft*, mas não diria que é muito mais simples que a outra.

Na próxima lâmina vemos uma enunciação dos eixos de integração, quais são, vemos ali os diferentes eixos, o eixo andino, o eixo Peru, Brasil e Bolívia, o eixo da Hidrovia Paraguai - Paraná, o eixo de capricórnio, o eixo andino do sul, o eixo do sul, o eixo MERCOSUL - Chile que trouxe para exemplificar um pouquinho mais em detalhe que são estes eixos, o interoceânico central, o eixo do Amazonas, e o do escudo guianense, com o qual vocês vêem que a região está cruzada em general por linhas que vão do leste ao oeste e também algumas de maneira vertical, mas a lógica tem sido aperfeiçoar, como lhes dizia perante os mecanismos de integração física. Pensar não somente no comércio, mas no desenvolvimento das regiões e a detecção desses eixos tampouco foi um trabalho de planejamento abstrato, surgem do inventário do próprio terreno, foram os próprios países que ao propor os projetos foram definindo a forma e a orientação que têm estes eixos.

Vejamos em detalhe, por exemplo, o do MERCOSUL - Chile. Este é um exemplo claro de um eixo que a IIRSA o define com base na realidade existente. Não era necessário pensar muito. O próprio agrupamento de projetos energéticos viatórios, de comunicações, etc. Se os senhores os colocam no terreno, logo de fazer esse inventário surge com total naturalidade a descrição do eixo e a IIRSA trabalha da seguinte maneira o eixo.

Cada eixo tem grupos de projetos, neste caso há cinco grupos. Temos um primeiro grupo que é o de Belo Horizonte - Buenos Aires. O grupo 2, que vai de Porto Alegre a Colonia e Buenos Aires. O grupo 3, que é Buenos Aires - Valparaíso. Há um grupo 5 que é um núcleo de projetos energéticos que aparece ali sombreado ao redor de Santa Fe, sul do Brasil, Uruguai, etc, e o outro grupo 4 que é o de Mercedes, Salto e Paysandú.

Dentro de cada grupo de projetos, define-se o que é um projeto âncora que é aquele que pelo seu peso específico é capaz, de alguma forma, de harmonizar ações do resto. Por conseguinte, temos grupos e dentro de cada grupo um projeto âncora. Em geral vamos ter que cada grupo pode se estender territorialmente a mais de um país. O grupo pode ter projetos localizados, exclusivamente, não necessariamente são projetos bi ou trinacionais, são projetos que podem ser de âmbito exclusivamente doméstico, mas a razão para selecioná-los é porque direta ou indiretamente este contribui para o processo regional.

Em particular, o caso do grupo 3 que é o de Valparaíso a Buenos Aires. O projeto âncora neste caso é o projeto ferroviário que vai dos Andes no Chile, ficando ao mesmo tempo na saída de Santiago, antes do cruzamento da Cordilheira a Mendoza, do lado da Argentina. Esse é o projeto âncora. Claramente contém ações, por exemplo, estamos agora trabalhando com algo muito complexo a nível do passo fronteiro dos Andes, o libertador no Cristo Redentor, mas esse grupo 3 tem também uma série de projetos, como de pavimentação da rota 7, de Potrerillos até a repavimentação do lado da Argentina, o porto terrestre dos Saucos, nos Andes, etc. Há projetos localizados, insisto, em um país ou em outro, e alguns que são, como este, denexo. É o caso do trem, o projeto ferroviário. E assim como falei no caso do eixo anterior, multiplicam-se esses projetos para os outros eixos.

Antes já tinha comentado que tínhamos estes processos setoriais de integração e o número de processos que temos abertos, nos quais se trabalha. São estes que vêm ali listados. Para os setoriais temos o energético, o de informação e comunicações, o de transporte aéreo, transporte marítimo e transporte multimodal.

Temos duas ações específicas, uma é o terreno de instrumentos de financiamento, que tem a ver essencialmente em tentar trabalhar com os países em modalidades que aperfeiçoem esta participação público - privada nos projetos de investimento e, outro muito complexo, não obstante que está muito delimitado, que é o da facilitação de passagens fronteiriças.

Neste momento estamos trabalhando com 4 passagens fronteiriças, fazendo trabalhos pilotos com os países, uma é a passagem do Cristo Redentor, o outro é Fray Bentos - Puerto Unzué; outro é o da Ciudad del Este, perto de Foz do Iguaçu e temos o de Cúcuta-San Antonio. Quatro passagens fronteiriças onde está se trabalhando fazendo tanto os diagnósticos sobre como funcionam as passagens fronteiriças, que tipo de dificuldades tem não só o transporte de mercadorias, mas também fundamentalmente o de pessoas e procurando coordenar e harmonizar com os países o que será feito ali e escolhemos quatro passagens, que como os senhores vêem, pela simples menção têm diferentes sintomatologias, porque apresentam diferentes desafios num terreno ou em outro.

Comentei esta passagem fronteiriça, mas bem, em cada uma delas, das outras estamos trabalhando. Gostaríamos de que, por exemplo, na de integração energética pudéssemos nos movimentar mais rapidamente, mas há dificuldades óbvias.

O que temos feito nestes processos setoriais são estudos. Há análises claras das deficiências reguladoras, das instituições e estamos tentando trabalhar com ações a curto e médio prazos em cada uma das áreas. Quando falo de estamos tentando, e situo todas as ações na primeira pessoa do plural, são os países os que trabalham nisso e a IIRSA vai à velocidade na qual os países possam executar e realizar ações e há temas onde, na verdade, as ações ultrapassam o ângulo ou a estrita área de competência setorial de um Ministério e nesse caso é, em geral, onde o desafio se complica.

Para pôr alguns números, que é a carteira de projetos da IIRSA, são 335 projetos, estes são os identificados e acordados pelos países que estão distribuídos nestes eixos e nestes grupos que mencionei. Ou seja, 335 em 8 eixos, 40 grupos de projetos, bem como o eixo MERCOSUL - Chile, tinha 5, temos 40 grupos de projetos. Enfim, tomamos a totalidade dos eixos e o inventário, do ponto de vista das necessidades de investimento são de aproximadamente 37.000 milhões de dólares, dos quais praticamente acreditamos que a metade, um pouco mais da metade, 20.300 milhões, poderiam ser motivo de participação pública-privada. 11.100 milhões seriam exclusivamente projetos de investimento público e 6.000 milhões, que são principalmente os energéticos, de tipo privado.

Vejamos agora um pouco o aspecto da dinâmica política da IIRSA. Como falei a IIRSA se fundou em Brasília em 2000 e começa com sua primeira etapa aprovada no final de 2001, e depois consagrada ou aprovada, finalmente, pelos Presidentes na reunião de Guaiquil de 2002, onde se define todo o esquema de planejamento e no ano passado, em dezembro de 2004, na reunião de Cusco, os Presidentes decidiram passar já à etapa de implementação, que abrange o período 2005 - 2010 e que quer dizer implementação de ações concretas da execução dos projetos e avançar na área de harmonização dos processos setoriais.

Desejo manifestar que nesta reunião de Cusco, tomou-se uma decisão fundamental que é dividir ou selecionar desses 330 projetos, 31, quase 10% desse número como projetos estratégicos, e hoje o esforço em matéria de ações, e principalmente, em matéria de obtenção de financiamento esta dirigido aos 31 projetos, que constituem a agenda de implementação aprovada e que são monitorizados estreitamente por estes Coordenadores Nacionais aos que fazia referência.

São projetos com um alto impacto em cada um dos eixos e são fundamentais para esse processo de integração do qual falei anteriormente. Se o observarmos no território, isto é mais uma imagem gráfica que não tem muita informação porque não se lê muito bem. Isto é uma lâmina com a distribuição desses 31 projetos em toda a extensão da América do Sul. E como eu falei, este é atualmente o núcleo de trabalho em matéria de projetos da IIRSA. Agora vamos fazer uma reunião no mês de novembro em Assunção e nestes dias está se trabalhando para implantar um sistema de monitorização *on line* desses 31 projetos, de forma que, os países responsáveis possam ir carregando e atualizando a informação das gestões críticas vinculadas ao desenvolvimento desses projetos, onde essencialmente o conceito é que esses projetos, a agenda de implementação aprovada, é motivo de uma gestão intensiva e focalizada, não somente em matéria do processo de avanço do projeto em si, mas também em coordenação com as entidades financeiras, da busca de recursos para os mesmos.

Alguns deles já têm o financiamento concedido. Consideramos que esses projetos deverão, em diferentes datas de maturação, em diferentes etapas críticas, ser resolvidos, mas seria crucial sua concretização antes desta etapa do próximo quinquênio.

Chegado este ponto, o que poderíamos dizer, desde os progressos obtidos pela IIRSA, que o primeiro é que hoje se consolidou como uma instância fundamental para a construção de ações comuns para a integração física. Diríamos, este conjunto de Coordenadores Nacionais sabe, conhece e trabalha, de maneira habitual, com este tipo de problemas. Não temos que impor um conceito, isto funciona.

O segundo é que o trabalho realizado foi o produto da aplicação de uma metodologia de planejamento territorial, na seleção de projetos e na execução. Ou seja, isto também está afirmado em mecanismos de planejamento territorial e a carteira de projetos. É

fundamental dar vigência a essa agenda de implementação aprovada, porque isso significa que os países estão, de alguma forma, coordenados em ações, em prioridades de projetos que são os que devem realizar em primeira instância.

Naturalmente, também diríamos quem trabalha nisto tem uma clara idéia de que há uma visão de conjunto e que é um avanço harmônico nas diferentes áreas e que não é só um projeto A ou B, mas o segredo é, de alguma maneira poder abranger toda a face, não só dos projetos, mas também de definição e de harmonização reguladora, para aperfeiçoar estes eixos de integração.

Até aí é a IIRSA hoje, é no que trabalhamos até este momento e no que temos previsto para o futuro, mas diríamos também que há linhas de trabalho associadas à IIRSA que estão implícitas no fenômeno da IIRSA e cuja capacidade de realizá-la é um desafio que tem cada um dos países. Por exemplo, podemos utilizar esta aproximação para ver a infraestrutura, mas levar adiante sistemas produtivos locais. Já há países que desejam falar de um IIRSA privado, como se denomina, ou seja, a participação muito mais ativa do setor privado, o que é investimento exclusivamente privado em torno dos eixos de integração para o desenvolvimento destes *clusters*.

Todo o tema do meio ambiente, sem dúvida, é um desafio. Para mencionar um tema ao qual não me referi, a capacidade de planejamento urbano dos centros de logística. Nele temos claramente projetos que são estritamente locais, que inclusive até têm uma dimensão delimitada no território, mas que são chaves para o funcionamento dos eixos e naturalmente os programas sociais que possam ser desenvolvidas segundo o território, segundo a ação econômica, modificam a dinâmica da zona.

Todas estas linhas de trabalho são factíveis e são um desafio, diria, para a autoridade pública, não só no nível central, também isto convoca à participação de ações locais. É muito importante a presença dos Municípios nisto e também nos casos dos países federais da ação dos Estados ou das Províncias, porque grande parte dessa ação, grande parte dos impulsores, dos instrumentos para agir sobre o tema radica, não em uma instância central, de fato a IIRSA não poderia trabalhar de outra maneira senão com coordenações nacionais, mas a capacidade das coordenações nacionais de transmitir, de criar realmente mecanismos de tração, com autoridades provinciais ou estaduais e locais é fundamental.

Como dizia isto está por fora, associado a IIRSA, mas embora seja assim, é uma espécie de convite à ação, para cada um dos países. Considero que me estendi mais do que pensava, mas era meu propósito oferecer-lhes um panorama geral, sem prejuízo de que na nossa página IIRSA encontrarão muita mais informação, não obstante vou deixar alguns folhetos explicativos na Secretaria.

Até aqui minha apresentação. Muito Obrigado.

PRESIDENTE. Quero agradecer, em nome de todos, ao Engenheiro Carciofi, pela sua excelente apresentação que nos dá uma visão muito clara do estado atual, talvez, do projeto mais audacioso e importante que tem a região neste momento.

Gostaria de dar a palavra aos Senhores Representantes, caso tenham algum tipo de observação ou pergunta.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Presidente, gostaria de conhecer as dificuldades que hoje enfrenta a IIRSA e seu ritmo de trabalho. Como temos muitas expectativas no que se está fazendo, queremos saber um pouco sobre o ritmo. O Diretor do INTAL poderia nos informar, na sua visão, como estamos no *timing* dos trabalhos e as dificuldades, se existem? Muito Obrigado.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Respondo ou querem continuar...

PRESIDENTE. Sim.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMERICA LATINA E O CARIBE (Ricardo Carciofi). Primeiro o *timing* dos trabalhos é contínuo. De fato temos um calendário de trabalho contínuo independentemente de que as reuniões, como disse antes, do CDE ou dos coordenadores nacionais sejam limitados no tempo. Os coordenadores nacionais se reúnem uma vez por trimestre, com essa periodicidade, mas as ações são contínuas.

Este ano colocou-se muita ênfase no que tem se denominado as oficinas de VESA, que é a visão estratégica sul-americana, com a intenção de tirar IIRSA do que é o núcleo dos especialistas ou da gente vinculada estritamente à Iniciativa. É abrir a IIRSA à sociedade civil, ao setor privado, em geral, com o qual se convida à participação, mas também convida ao questionamento.

Com essa lógica foram feitas as reuniões em cada um dos países. Certamente no Paraguai já se realizou e haverá, daqui até o final do ano, nos primeiros dias de outubro, aproximadamente em 11 de outubro, é a oficina VESA aqui em Montevideú, onde será informado sobre atividades da IIRSA.

Do ponto de vista específico, a IIRSA age nos diversos frentes, age com seus projetos, age com os processos setoriais de integração e com o que é difusão da iniciativa. Do ponto de vista da uniformidade, não poderia dizer que podemos traçar uma linha em *benchmark* para dizer se temos nisto atraso ou adiantamento. Precisamente o propósito é chegar ao final do ano com este sistema de monitorização dos 31 projetos já funcionando. Cada projeto vai ter, para cada etapa crítica um determinado *benchmark*, que serão fixados pelos próprios coordenadores nacionais, e não pensemos que sempre o obstáculo para um projeto é o financiamento. Às vezes é, mas outras vezes é resolver uma norma reguladora a nível nacional ou como nos projetos fronteiriços, harmonizar de um e do outro lado da fronteira as autoridades locais. Por conseguinte, o que pretendem os países é ter este sistema de controle muito específico destes 31 projetos.

Minha apreciação, onde acredito que é necessário avançar a maior velocidade para resolver vários dos problemas existentes é com os processos setoriais de integração, como harmonização reguladora e claramente na área energética, talvez seja o que é mais, diria, importante.

PRESIDENTE. Alguma outra pergunta dos Senhores Representantes? Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Uma pergunta referida especificamente a financiamento, que para mim continua sendo um dos temas primordiais dentro do que é o desenvolvimento da IIRSA.

Uma das grandes preocupações que surgiu quando se estabeleceu a IIRSA era, justamente, procurar que os organismos, as fontes internacionais de crédito entendessem que um gasto como esse em contas nacionais, dedicado ao que é infra-estrutura, deve ser entendido como investimento e não como gasto, porque obviamente cria problemas mais contáveis, de envergadura, muito sérios.

E o outro aspecto estava referido à possibilidade do que era o financiamento internacional obtido de maneira conjunta, cabe dizer, entre várias partes, não somente em nível do que é Estados individuais, mas para um determinado projeto, a conjunção de vontades de um, dois ou mais Estados. Qual é o avanço sobre este tema?

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Muito interessante a pergunta porque permite ver como se concretizam todas estas discussões.

Quanto ao primeiro tema, o do investimento, os senhores lembrarão, porque esta tem sido uma preocupação muito explícita e compartilhada na região. Diria que se desejássemos quisesse encontrar uma expressão formal dela, poderíamos ir à famosa Carta de Lima, assinada na reunião do ano 2004, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde os Governadores do Banco, que são os Ministros da Fazenda dos nossos países, estabeleceram os princípios, não só da reclamação, mas conceitualmente, porque tinha esta proposta.

Esta conjunção de vontades permitiu implantar, estabelecer, ancorar uma discussão em uma instituição que tem bastante opinião e orientação nestes temas como é o Fundo Monetário Internacional. E no Fundo, certamente estes são mecanismos que levam tempo e que são diálogos que transitam diferentes caminhos, mas de forma muito séria, a Diretoria do Fundo tomou nota desta questão, foram feitos diferentes trabalhos, e isto foi motivo de um documento aprovado pelo Fundo, que estabelece, um pouco compartilha o conceito que essencialmente não é tanto o jargão do Fundo, não é um problema de gasto ou não gasto, mas o fato -como dizem eles - que olham o fenômeno de sustentabilidade da dívida.

O que acontece é que estes projetos para serem realizados incorrem naturalmente pelo volume de capital em dívida, mas o problema é que se gera uma dívida para a formação de capital. Em consequência, de um lado a dívida, do outro lado existe o capital e, em termos líquidos, que é o que importa para o fenômeno macroeconômico da sustentabilidade não há esse endividamento adicional líquido. Isto é bastante mais complexo do que estou explicando. Está atualmente resolvido, com o qual há uma forma diferente de olhar estes fenômenos hoje do que era quando se ingressou a este tema, há dois ou três anos, e os países da região estiveram bastante envolvidos nisso e há um acordo com o Fundo, dentro do que são os limites, que são os espaços fiscais, etc, e hoje se pode trabalhar de maneira razoável e acordada sobre esses parâmetros.

Isso na área da discussão internacional. Não obstante, como assinalava, estes projetos são de total responsabilidade pública e, portanto, envolvem impacto orçamentário ou supõem a participação privada, mas também riscos que podem se trasladar ao âmbito público e, portanto, com o tempo também têm um impacto no orçamento.

O que priorizam os países dentro dos seus orçamentos é que projetos levam adiante, quais têm prioridade. Isso é uma decisão soberana e interna de cada um dos países. Precisamente o conceito da IIRSA é ter identificado esses projetos prioritários do ponto de vista da integração. Os países depois disto têm que dar lugar, atendimento, na sua própria

gestão, mas a área de esclarecimento conceitual e a fixação de parâmetros está resolvido. Há um documento último que terminou a discussão disto no Fundo Monetário, de abril deste ano, podem consultar, está na página web do Fundo.

Quanto ao financiamento conjunto, desejo mencionar que estivemos no mês de julho com uma Delegação encabeçada pelo Ministro Alderete, em Washington, e foi muito chamativa a prioridade, a importância dada a essa visita, que era, finalmente, para explicar o que é a IIRSA, nem mais nem menos do que isto que estamos fazendo hoje aqui. No Fundo que nos entrevistamos com as máximas autoridades, com membros, primeiro, da Diretoria dos Representantes dos países da região e também com a Senhora Teresa Ter-Minassian, Chefa do Departamento Fiscal e com a segunda Autoridade do Fundo, Anne Krueger. Ou seja, que eu diria do ponto de vista as coisas fluem e muito bem.

Tivemos sessões de trabalho no Banco Mundial, que quer aderir ao financiamento dos projetos, não como participante do CCT, mas sim estivemos com a Vice-Presidenta de Infra-estrutura que tem a vontade de participar.

Não gostaria de aprofundar muito nisto, mas em relação à sugestão do financiamento conjunto, sem dúvida, sempre há margens para explorar, que se possa avançar e que possa haver soluções de tipo inovador, mas considero que há duas pontualizações necessárias aqui. A primeira é que temos a presença de organismos regionais e sub-regionais apoiando a iniciativa. Se eu tivesse que pensar em um mecanismo institucional para capturar fundos com uma garantia de toda a região, isso é o que fazem precisamente estas instituições.

No caso do Banco Interamericano, temos todo o *core capital* do Banco atuando como garantia para a captura e nossos países podem aceder mediante essa ação a financiamento triplo A, a baixo custo e levando em conta o que nos dizia antes o Secretário, não necessitamos inventar novas instituições, podemos utilizar muito melhor, -e esse é o desafio- os mecanismos existentes e aí estão todas as dificuldades que os senhores podem imaginar e é um tema de trabalho, de diálogo muito concreto, muito operativo com instituições, que podem fazer, que não, e esse é um tema que nós os latino-americanos podemos explorar. As instituições não são todas iguais, algumas atuam melhor em uma área, outras em outra. Portanto, temos que aproveitar esse financiamento seletivamente e com critério de vantagem comparativa, aproveitemos o melhor de cada uma no que sabem fazer.

Isto não é obstáculo para que os países coordenem ações entre eles e proponham aos Bancos os projetos que são motivo de ação binacional ou trinacional, e isso podem fazê-lo, independentemente de que depois sejam assinados três contratos diferentes, mas o que se observa é que novamente é um tema de vocação e seriedade, ênfase, decisão política com a que se adotam estas ações. Ou seja, os países quando discutem e negociam seu programa de financiamento com os multilaterais, de alguma forma, refletem estas prioridades e há todo tipo de dificuldade. De fato as Coordenações Nacionais estão encarregadas de levar adiante o processo da IIRSA, não são ou não coincidem necessariamente nos países com os quais negociam o financiamento ou com os quais indicam a prioridade dos mesmos.

Um dos propósitos destas oficinas de mesa é também fomentar o diálogo entre as próprias autoridades nacionais, para que haja comunicação. Isso é um problema de coordenação da gestão pública, acontece em todas as áreas e em todas as geografias, mas é um tema no qual devemos avançar.

Em síntese, meu comentário sobre o segundo ponto seria, podemos imaginar mecanismos, principalmente, com o uso de garantias e demais, mas cuidado, existe boa pressão de menu de oferta que devemos usar e usar melhor.

PRESIDENTE. Algum Senhor Representante deseja fazer uso da palavra? Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada. Gostaria de consultar o Senhor Carciofi se existe alguma coordenação de enlace entre o “Plan Puebla – Panamá” e a IIRSA?

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Muito oportuna sua pergunta que eu tinha anotado para fazer uma referência ao “plan Puebla – Panamá” e no entusiasmo das outras dúvidas eu tinha esquecido.

Para os que não estiverem familiarizados o “Plan Puebla – Panamá” é uma versão que é anterior no tempo e talvez mais avançada, tanto no conceito institucional como nas ações, no campo muito concreto de ações que compreende os países da América Central e se eu entendo bem, até alguns Estados do sul do México, mas não são todos os Estados mexicanos. De fato o Banco está participando na matéria.

Tivemos no âmbito dos diálogos que mencionava quando fizemos nossos contatos com Washington, a boa coincidência de que houve uma reunião plenária das autoridades, os Comissionados do “Plan Puebla – Panamá” e houve, portanto, um contato ali informal entre a Presidência, exercida nesse momento pelo Ministro Alderete, e o “Plan Puebla – Panamá” e se estabeleceu. A idéia é ter um Representante do “Plan Puebla – Panamá” que assistirá na qualidade de Observador às reuniões do CDE e de maneira inversa. Uma das hipóteses é a de utilizar alguns países da IIRSA, no caso concreto seria a Colômbia, pela sua característica geopolítica de enlace com a região como o nexo de contacto e de interconexão de uma iniciativa e com a outra.

Mas, claramente são fenômenos muito similares, com desafios na prática totalmente diferentes porque a geografia é absolutamente diferente e a economia que está em jogo também.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Muito obrigado pela explicação, é muito útil esta reunião.

Desejo fazer uma pergunta muito concreta e muito rápida. Em que situação está o processo, pensado, falado? Trabalhou-se inclusive em nível da ALADI, o que é a institucionalização da IIRSA? Esteve se falando muito tempo e depois se deixou de falar, por conseguinte, gostaria de saber o que há nesse sentido.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). É muito claro e diria, a institucionalidade da IIRSA é a que apresentei e os países são muito claros e definitórios no sentido de não criar instâncias adicionais. Os senhores sabem que é uma discussão, mas hoje é esta que mencionava, não funciona por fora da descrição anterior.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Vou fazer uma pergunta adicional à do Senhor Embaixador do Peru, acredito que estamos um pouco pensando basicamente no mesmo sentido.

Considero que foi muito útil a informação do doutor Carciofi, todos nos beneficiamos dela e eu sou o primeiro em agradecer, realmente achamos que é muito ilustrativo.

Há um tema que ainda tenho na cabeça, que é toda esta rede de projetos e de obras, em muitos casos, e de ações materiais, institucionais, construtivas, de fronteiras migratórias, etc, configura uma dimensão institucional normativa muito forte. Essa dimensão normativa institucional pareceria que há uma instituição. Aqui o amigo Maidana, que também estava pensando de forma parecida tinha feito algumas anotações.

Este projeto, que tem seu vínculo com o “Plan Puebla – Panamá”, pode ser uma boa oportunidade para a nossa Organização. Estou simplesmente expressando em voz alta, mais do que uma aspiração, a existência de um interesse, nos temas normativos, em trabalhar usando a capacidade instalada, como dizíamos na manhã de hoje ao inaugurar o curso de negociação da OMC, porque na verdade, o âmbito está, existe, na medida em que nós temos na nossa Resolução 59 (XIII) o tema de Infra-estrutura não da perspectiva de toda esta dimensão de ações que Carciofi nos explicou com muito detalhe, mas no que pode ser uma inserção parcial ou setorial por matérias. Minha pergunta seria, mais do que isso uma reflexão, porque na realidade também não podemos sentar Carciofi no banco dos acusados e fazer-lhe aqui perguntas “juriconfiseses”, se for verdade uma coisa ou a outra, é uma solução de posições eu as evoco com muita nostalgia, a da profissão, não é? Com certo *animus retornandi*, por momentos, desejo manifestar que poderia ser interessante saber se esta perspectiva, se esta visão, este olhar sobre o que a região tem, porque tem uma multiplicação de fórmulas de solução de controvérsias quase infinita. Nestes dias estive inventariando e é realmente um panorama que decepciona qualquer unificador, ainda do Século XIX, quando as pessoas não tinham televisão e tinham mais tempo. É ótima a multiplicação. Então, digo, aí vamos ter obra, vamos ter construção, vamos ter toda uma quantidade de atividades que, quando são interetáticas, não quando são domésticas, quando são interetáticas bilaterais, trilaterais e multilaterais determinarão a necessidade de algum tipo de assistência, de algum tipo de contribuição. Pensou-se nisso, a ALADI poderia estar na lista de interessados?

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Muito obrigado pela pergunta e que não esperasse que a resolvesse totalmente e faria, sim, uma reflexão que talvez a posso razoar melhor a partir de um exemplo que vivemos, porque se dá a presença de conciliar normas a nível nacional com acordos interestatais, que é no campo energético.

Ali, por exemplo, temos a necessidade de harmonizar legislação nacional. O caso típico é como se dá prioridade de acesso ao fluir um gasoduto e sob que normas se constrói quando conecta dois países, até os acordos que se estabelecem de integração energética que estão sujeitos a normas que são tipicamente entre Estados.

Não sei se esse tipo de normas, se esse tipo de acordos, se a necessidade de exercer os direitos e obrigações recíprocas requereriam algum tipo de apoio adicional ao que hoje têm além da presença dos Estados-Membros, mas certamente isso está presente em várias áreas, a da informática, imagino exatamente assim, e ainda mais complexo, algumas modalidades de transporte.

Além disso, é uma reflexão pessoal, o que chama-me a atenção e, às vezes, percebemos diante da complexidade da tarefa é que várias destas iniciativas ou projetos, e

não necessariamente os mais custosos, supõem um trabalho de movimentação de recursos institucionais, ainda dentro dos países que é muito grande, muito difícil. Tipicamente menciono outro caso que para todos os senhores, nesta Casa, é muito conhecido, porque o vêem de outro ângulo, das passagens fronteiriças. Ali, para que uma passagem funcione razoavelmente deve haver um entendimento a nível nacional da autoridade migratória, da tributária, da de transporte, da energética, etc, além dos organismos responsáveis da segurança, e os trabalhos provam que é mais difícil conseguir esse acordo interno que, talvez, estabelecer o diálogo entre um e outro lado do território.

É uma reflexão, mas voltando a uma pergunta que considero fundamental, o tema da institucionalidade, na minha opinião, se a vontade dos países for, por razões muito compreensíveis, não avançar na criação de superestruturas, orçamentos, pessoal, etc, o importante, -que é compatível com essa decisão de ficar limitado nessa área - é dar continuidade às ações. Estas são definições muito básicas: que é, que projetos integram, como se resolvem os temas reguladores, etc, e essas são decisões de Estado que permitiriam madurar e avançar finalmente para que as coisas sejam reais. As gestões de Governo, etc, deveriam, em teoria, proteger este tipo de decisões, de maneira tal de compensar, com permanência e vocação de continuidade o que não podemos dar do ponto de vista da superestrutura.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Muito Obrigada, Presidente.

Em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Ricardo Carciofi este esforço por resumir as questões fundamentais destes projetos e nos dar uma idéia do estado atual. Mais do que uma pergunta, igual que o doutor Operti, eu vou formular algumas reflexões que surgem sobre estes projetos e fundamentalmente pelas definições que estão implícitas aqui, quando falamos destes projetos. Já o Embaixador do Peru, por exemplo, falava do tema nada fácil do financiamento. Pensar nestes projetos como estão propostos significa uma dose de investimento impressionante e não sei como poderá ser resolvido isso a partir desse esforço que nos explicava o senhor e esse nível de compreensão do Fundo Monetário em relação a como é que nos endividamos, mas não nos endividamos, investimos, como é isso? É fácil propô-lo mas como se realiza na prática, principalmente na prática das contas nacionais, mas não vou me referir a esse tema. Já o Embaixador do Peru o propôs.

Desejo fazer outras reflexões relacionadas com a questão conceitual e com a região que queremos e a vinculação destes projetos no sentido de como isto realmente ajuda, promove e fortalece estes sonhos de integração que estão em andamento, isso em primeiro lugar.

Depois, o tema da definição de bem público, pensar nestes projetos como parte dos bens públicos, passa por uma série de definições que vão além do aval que definitivamente apresenta o setor público para o investimento aqui, porque além destes projetos estão, são desenvolvidos, transcorrem, implementa-se uma espécie de bem público da região, por exemplo, a Amazônia é um bem público, não só dos países que temos Amazônia, mas é um bem público, diria desta região e do mundo, diria alguém, mas prefiro, em primeiro lugar, dizer que é nosso para que nos ajudem a protegê-lo, ou seja que não se considere de propriedade de todo o mundo. Portanto, diria que há um problema sério muito importante, e faz parte das externalidades às que o senhor se referia, mas também parte dessa definição de bem público.

Essa é uma reflexão e a Venezuela esteve apresentando esses temas na IIRSA. Participamos, estamos e logicamente fazemos parte dos organismos que até agora discutem, mas é um tema que temos proposto, o tema do bem público, está a água também, está o aquífero guarani presente, está a Amazônia.

O outro tema que consideramos importante é que, sem dúvidas, este tipo de projetos passa pelos planos de desenvolvimento nacional, que envolvem planos de desenvolvimento regional, a infra-estrutura, enfim, então como é que estes projetos, estes eixos integradores do desenvolvimento se vinculam com o que denominam processos setoriais de integração, porque como assinalava o senhor, nos processos setoriais de integração podem se envolver Estados, Municípios, Províncias e isso deve estar em total harmonia com os planos de desenvolvimento nacional e também com o outro que falei em um princípio e mais a harmonia com essa outra grande decisão política.

Finalmente, a outra reflexão que queria deixar é o tema de como – vejamos se explico bem- articular em função da defesa e construção desses bens públicos, que sejam públicos no sentido de que bem público como um bem que tem sentido coletivo, que beneficia os coletivos, que dá impacto no coletivo, como se recolhe o que seria a participação. Eu prefiro falar da participação da sociedade, e das sociedades envolvidas em todo esses projetos que vimos aí. Por exemplo, neste continente há um patrimônio fundamental que é o de nossos povos originários, é um tema muito importante a ser levado em conta.

Gostaria de deixar essas reflexões, não são perguntas, acredito que é parte dos desafios que temos e dessas articulações e definições que terá um projeto desta envergadura como a IIRSA. Muito Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra ao Embaixador do Peru e depois para que o doutor Carciofi faça suas menções finais.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Somente para esclarecer que quando estava me referindo, igual que o Doutor Operti ao que era o âmbito institucional, reconhecendo obviamente, o que temos, o que já existe, estava me referindo concretamente em relação à ALADI, basicamente ao que é o âmbito da ALADI, à possibilidade de assinar Acordos de Alcance Parcial em determinados campos, essa era concretamente a pergunta.

E apenas um esclarecimento em relação ao pensamento da Representação do Peru a respeito da Amazônia e de todos os países que compartilham a Amazônia, não é um bem público compartilhável, é excludente e exclusivo, somente para aqueles que fazem parte da Amazônia, não é um bem público geral, nem da humanidade. Obrigado.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Não tenho menos do que apoiar muitas das reflexões expressadas em melhores termos que eu, estas dimensões de externalidade e o fato de que não são temas de benefício estritamente apropriáveis de maneira individual.

Quanto ao tema do plano de desenvolvimento, efetivamente é assim, porque isso estava implícito quando falávamos da capacidade dos países de coordenar, tanto no território como as autoridades locais, é fundamental e sua menção ao que dizia de povos originários. Em todos os temas ambientais, que são muito sensíveis em certos projetos, a autoridade pública deverá, necessariamente, dar uma ampla participação à sociedade civil, porque estes não são projetos que possam ser decididos ditatorialmente, a participação, a consulta, a abertura da informação, a expressão oportuna das opiniões, etc, e não poderia

estritamente responder, Embaixador, ao tema de convênios ou acordos de alcance parcial, mas entendo que isso é perfeitamente fatível.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, tenho uma dúvida e vou aproveitar a presença de Ricardo Carciofi, para dizê-la. Considero que a IIRSA é pouco conhecida a nível da opinião pública, é muito pouco conhecida, e um dos problemas da América Latina é que muitas coisas que se fazem, são feitas forma muito isolada e não se conhece e como isto deve ser levado ao conhecimento das comunidades, foi dito aqui, todo o mundo coincidiu em assinalar que este é um projeto que se nutre de fontes diferentes: internas, regionais, sub-regionais, binacionais, etc. Aqui há um problema de opinião pública, há um problema de falta de apoio, de ressonância e essas coisas são importantes.

Na Europa, o primeiro grande esforço, a partir de 47, foi a ressonância, que se soubesse que estavam. Nós fazemos muita coisa, a região faz muitas coisas e, às vezes, não se conhecem. Quem sabe que há 31 projetos em andamento? Quem sabe que estão estes eixos que mostram um mapa que está realmente nos ilustrando sobre o futuro? Porque no fundo é uma fotografia do futuro, saliento esse ponto simplesmente não porque eu seja um homem da mídia, mas porque considero que sem a mídia é muito difícil fazer qualquer coisa.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Na discussão sobre este ponto, tentaria estabelecer uma distinção entre informar, validar e o interesse.

É importante a disponibilidade da informação, que se conheça a existência da Iniciativa, etc, sem dúvida, que para meios como os que estamos aqui hoje é central como conceito. Quando fizeram-se estas experiências nas oficinas VESA e a saímos a comunicar-nos com a sociedade civil, há algumas prevenções, do público em relação ao que é a validação da Iniciativa e o interesse.

Que quero dizer com isso? Às vezes a sociedade civil o que expressa é preocupação em relação a quem validou tudo isto, de onde surge a legitimidade e a identificação destes processos e é importante levá-los em conta e, às vezes, é difícil explicar que isto finalmente é um esforço espetacular, diríamos, de harmonização de decisões nacionais, mas que partem dali.

A outra dimensão é o tema do interesse. Novamente, quando nos referirmos à sociedade civil ou ao setor privado, etc, não há muito atrativo em ver o mapa da América do Sul com este projeto que mostrei à pergunta de: "bem, e onde está a ponte? Onde passa o gasoduto? Ou quando vêm aqui o traçado da estrada?". E esse é um trabalho fundamental, por isso deve trabalhar-se nos dois planos, e coincido, digamos, porque devemos dar a visão de que estamos trabalhando com este conceito integrado de poder, naturalmente, integrar a região e também a região na economia global, mas na hora concreta também há que dar informação muito específica do que corresponde ao país e à região, à localidade, que isso é o que interessa às pessoas.

PRESIDENTE. Desejo agradecer ao doutor Ricardo Carciofi pela sua excelente apresentação, considero que tem sido muito útil, servirá muito nas nossas deliberações futuras e novamente muito obrigado.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Ricardo Carciofi). Muito Obrigado aos senhores.

PRESIDENTE. Encerra-se a Sessão.
